



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
11 de dezembro
de 2019



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Nedilson Machado					
DATA	11 / 12 / 2019	PÁG.	8	Gerada	Positiva

Prêmio de Jornalismo

Sob o comando do procurador geral da Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, acontece nesta sexta-feira, 13, às 8h, no Centro Cultural do Ministério Público do Maranhão (MPMA), a solenidade do “Prêmio MPMA de Jornalismo”, edição 2019. O tema deste ano é “O Ministério Público na indução das políticas públicas” e os melhores trabalhos de cada categoria serão premiados. Para os profissionais, o valor da premiação é de R\$ 4 mil. O melhor trabalho entre os quatro premiados receberá a premiação extra de R\$ 4 mil.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Estado					
DATA	11 / 12 / 2019	PÁG.	6	Gerada	Positiva

Imperatriz

A pedido do MPMA, Justiça concede liminar interditando unidades prisionais na região

A pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça concedeu, em caráter liminar, a interdição das unidades prisionais de Imperatriz: Penitenciária Regional de Imperatriz, Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz (CCPJ) e da Unidade Prisional de Ressocialização de Davinópolis. A decisão proíbe o ingresso de novos detentos e não recebimento de presos de outras comarcas sem expressa autorização da autoridade judicial. Publicada no dia 25 de novembro, a notificação foi enviada ao Ministério Público na última quarta, 4 de dezembro. O pedido de interdição em caráter liminar foi feito pelo titular da 5ª Promotoria de Justiça Criminal, Domingos Eduardo da Silva. No documento, o promotor apontou que a Penitenciária Regional de Imperatriz, com capacidade para 204 presos, atualmente conta com 315 internos, um déficit de 54% da estrutura necessária. Por conseguinte, a Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz, antiga CCPI, possui atualmente 505 presos, mas só tem capacidade para 264, o que representa 91% a mais que a capacidade total. A Unidade Prisional de Ressocialização de Davinópolis, com capacidade para 106 presos, possui hoje 162 internos, um total de 53% a mais. Ainda no presídio de Davinópolis, a ala feminina já chegou a abrigar 56 internas em uma cela projetada para comportar apenas 24. "Todas as unidades carcerárias apresentam problemas estruturais, além do quadro reduzido de servidores até mesmo para atender minimamente às ordens judiciais", destacou o promotor Domingos Eduardo.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Cidades

DATA 11 / 12 / 2019 PÁG. 5

Pesquisa mostra perfil de vítima e de agressor da violência contra a mulher

A pesquisa foi realizada pela 2ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; os dados são referentes apenas a São Luís, de um total de 1.205 processos de medidas protetivas de urgência

Uma pesquisa feita pela 2ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de São Luís, que foi divulgada nessa terça-feira, 10, revelou o perfil dos agressores e das vítimas na capital maranhense. O estudo, que foi quantitativo por amostragem, aconteceu no período de maio a novembro deste ano. Foi descoberto, por exemplo, que 46,7% das mulheres eram solteiras e 20,41% mantinham relacionamento de união estável. E que 33,20% dos homens eram ex-companheiros das agredidas.

A pesquisa foi intitulada "Violência Doméstica contra a Mulher: dados estatísticos da 2ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de São Luís". O levantamento apurou que a faixa etária de 18 a 43 anos, com relação às mulheres, foi preponderante, com mais de 80% dos processos judiciais consultados. Esse grupo, nesse sentido, tem mais probabilidade de ficar exposto a relacionamentos abusivos e violentos.

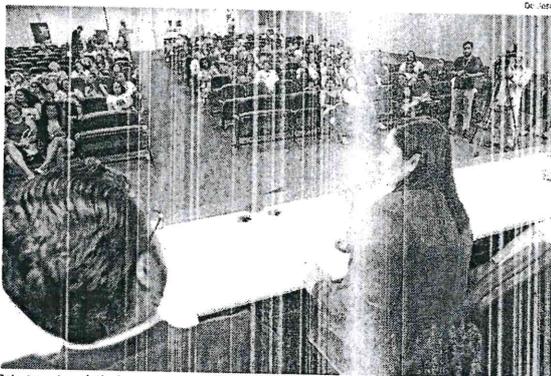
Chamou a atenção da 2ª Vara, porém, os dados de mulheres com idades entre 44 e 52 anos, que representaram 10,62% dos casos. Esse grupo, conforme a pesquisa, tentou, de alguma forma, alcan-

O poder e o domínio também foram citados

çar outros meios de lidar com a violência, como o auxílio legal judicial, diante da vulnerabilidade não mais suportada. "Conforme levantamento de dados, a violência contra mulheres de maior idade expõe ainda o problema da subnotificação de casos, não havendo denúncia da tipo de violência sofrida por motivos relacionados à falta de apoio de amigos e/ou familiares ou a descrença destes em relação à situação relatada", diz o relatório.

Com relação ao estado civil, a pesquisa descobriu que 46,7% das mulheres eram solteiras, percentual abaixo de 2018, que fechou com 57%. Na segunda colocação, ficou a união estável, com 20,41%, seguida das mulheres casadas, com 17,10%. "Apreende-se por essas características que a natureza da união reforça um perfil social de mulheres afetivamente ligadas ao seu agressor, o que denota a dificuldade das vítimas de romper com a situação de violência em que se encontra ou mesmo de perceber que estão em um relacionamento abusivo", fisa a 2ª Vara.

Ainda segundo análise da 2ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, relacionamentos de duração longa guardam fatores que contribuem para a violência, como o isolamento, que pode ser social, geográfico, físico ou afetivo. Além da fragmentação, que considera outra pessoa como responsável pelo problema vivenciado. O poder e o domínio também foram citados na pesquisa. "Dessa forma, nota-se nas denúncias e dados a existência de um perfil de violência conjugal e em relações estáveis, que repercutem no papel da mulher a figura mais frágil da relação, mas ainda aponta a que-



Paleta sobre violência contra a mulher marca Dia Internacional dos Direitos Humanos em São Luís

bra do paradigma de violência na reação da vítima em buscar fim à situação que se encontra", salienta a Vara.

No que se refere ao grau de escolaridade, foi observada uma carença de dados, pois a identificação deste item fundamenta-se na formalização da vítima ao buscar auxílio legal, com abertura de processo de medida protetiva de urgência. Nesse sentido, muitas mulheres não citam seu nível de instrução, representando 82,12%, contra 7,89% que mencionaram essa informação. Verificou-se que as mulheres com Ensino Superior Completo (ESC) e Ensino Médio

Completo (EMC) apresentaram taxas iguais, com 2,49%.

Na segunda colocação, estão aquelas com Curso Técnico (CT), com 1,83%; com Ensino Fundamental Incompleto (EFI), com 0,58%; e Ensino Superior Incompleto (ESI), com 0,41%. Não houve registro de vítimas com Ensino Fundamental Completo e com Ensino Superior Incompleto.

Sobre relação de trabalho, a renda, 53,52% afirmaram que trabalhavam, enquanto 25,38% disseram que não exerciam nenhuma atividade no momento. Em 18,11% dos processos não havia essa informação. "Em rela-

ção à pesquisa do ano anterior, com dados relativos a 2017, 55% das mulheres declararam exercer trabalho remunerado, enquanto 21% afirmaram não trabalhar fora de casa, e o percentual sem informação deste tópico foi de 24%".

Dentro desse tópico, 22,57% das mulheres se declararam donas de casa, contra 11,62% que disseram ser estudantes. Já 8,95% afirmaram ser empregadas domésticas. Outras profissões apareceram com 38,84%.

Os agressores
A pesquisa também abrangiu os

46,7%
DAS MULHERES
eram solteiras

17,10%
DAS MULHERES
eram casadas

20,41%
DAS MULHERES
mantinham
relacionamento de união
estável

33,20%
DOS HOMENS eram
ex-companheiros das
agredidas

29,96%
DOS HOMENS
agressores, tinham de 26
a 34 anos

DADOS

Mulheres
Faixa etária
26 a 34 anos: 31,20%
35 a 43 anos: 27,80%
53 a 60 anos: 22,82%
44 a 52 anos: 10,62%

Estado Civil
Solteiras: 46,47%
União Estável: 20,41%
Casada: 17,10%
Divorciada: 5,64%
Namorando: 2,90%

Escolaridade
Ensino Superior Completo: 2,49%
Ensino Médio Completo: 2,49%
Curso Técnico: 1,33%
Ensino Fundamental Incompleto: 0,58%

Agressores

Idade
26 a 34 anos: 29,96%
35 a 43 anos: 29,79%
44 a 52 anos: 14,19%

Estado Civil
Solteiro: 41,08%
União Estável: 19,34%
Casado: 17,84%
Divorciado: 5,23%

Escolaridade
Ensino Superior Completo: 1,91%
Ensino Médio Completo: 1,58%
Ensino Fundamental Incompleto: 0,83%

representados nos processos judiciais. A faixa etária com maior incidência foi o grupo com 26 a 34 anos, com 29,96% dos casos estudados. Em seguida, aparecem os homens com idade entre 35 a 43 anos, com 29,79%. Na sequência, vêm os de 44 a 52 anos, com 14,19%; e os de 18 a 25, com 13,44%. A relação da idade com a agressão é analisada a partir do desconrole emocional, hostilidade e frustração do autor diante da sua própria condição e personalidade antissocial.

Com relação ao estado civil, notou-se a prevalência dos solteiros, com 41,08% dos autos estudados. Na sequência, aparecem os de união estável, com 19,34%; casados, com 17,84%; e os divorciados, com 5,23%. Segundo a pesquisa, a proximidade

Pesquisa foi coordenada pela juíza Lúcia Barros

dos valores entre o 2º e 3º colocados revela como a manutenção do relacionamento agressor e vítima estão relacionada à situação de violência que se desenvolve no interior das relações familiares afetivas.

Com relação à escolaridade, foi possível identificar esse item em apenas 5,89% dos processos pesquisados. Desse total, 1,91% possuem Ensino Superior Completo, contra 1,58% que têm Ensino Médio Completo. Além disso, 0,83% possuem Ensino Fundamental Incompleto. E, no que se refere ao trabalho e renda, 67,47% dos agressores estavam trabalhando, enquanto 7,05% não possuíam qualquer tipo de ocupação.

A pesquisa
A pesquisa foi coordenada pela

juíza Lúcia Helena Barros Helly da Silva, titular da 2ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. O planejamento, coleta, tabulação e sistematização dos dados, bem como a elaboração do relatório final, foram realizados pelos membros da equipe multidisciplinar, pesquisadores convidados e estagiários dos cursos de Direito, Psicologia e Serviço Social.

A análise documental teve como fonte os processos de medidas protetivas de urgência requeridos na própria Vara ou por outras entidades de direito. A coleta das informações foi realizada em 1.205 processos, correspondentes a 30% dos processos distribuídos em 2019, entre ativos e arquivados nos meses de janeiro a abril de 2018. Mas a pesquisa propriamente dita aconteceu de maio a novembro deste ano.

A pesquisa foi divulgada durante um evento que aconteceu, na tarde dessa terça-feira, no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, em comemoração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos. Na ocasião, houve uma palestra ministrada por Marly de Jesus Sá Dias, professora doutora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

O tema da palestra foi "Violência contra mulheres e a violação de direitos humanos". O evento contou com a presença de várias autoridades, como a delegada Viviane Fontenelle, titular do Departamento de Feticionários do Maranhão, e Diva Maria de Barros Mendes, diretora do Fórum Desembargador Sarney Costa. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
O ESTADO DO MARANHÃO				
EDITORIA				
Cidades				
DATA	11 / 12 / 2019	PÁG.	6	

Índios reivindicam melhorias na saúde

45 índios estão no prédio do Distrito Sanitário Indígena do Maranhão; grupo pode aumentar



Índigenas acamparam no prédio do órgão e mais podem chegar

Estão acampado, no prédio do Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão, no bairro Jorda, em São Luís, mais de 40 índios oriundos da cidade de Itaipava de Grajaú. O grupo reivindica melhorias na saúde das aldeias. Dentre as exigências, eles pedem a instalação de uma casa de apoio e um veículo oficial para transportar os doentes. Os indígenas pretendem ficar no local até que suas pautas sejam atendidas pelo Governo do Estado.

O cacique Cássio Timbira, da tribo Geralda Toco Preto, explicou que o grupo chegou a São Luís na tarde de segunda-feira, 9, por volta das 14h. Os índios vieram de Itaipava de Grajaú em duas vans. Ele disse que a Secretaria de Estado da Saúde (SES) prometeu se reunir com as aldeias no último dia 4, para que as pautas de reivindicações das comunidades fossem discutidas. Porém, nenhum representante do órgão apareceu, segundo o líder indígena.

"Nós já tínhamos avisado que, se eles não aparecessem, iríamos ocupar esse prédio do Distrito. Talvez, pensaram que estávamos brincando. Mas estamos aqui, como anunciamos. Só queremos as melhorias em nossas comunidades", pontuou o cacique. Os índios estão em número de 45 no local. Alguns estão posicionados na recepção. Outros estão acampados no pátio. Redes de descanso foram montadas para que dormissem com mais conforto.

Outros podem chegar

Também liderança indígena, Francisco Timbira disse que, na manhã dessa terça-feira, 10, houve uma

conversa com representantes do Distrito Sanitário Indígena, mas nada ficou definido. Outra reunião foi agendada para hoje, 11, para que os diálogos avancem. Ele declarou que, caso não recebam a informação de que suas reivindicações serão atendidas, mais 200 índios serão deslocados para o prédio, a fim de ocupar o local por completo.

"Vem mais gente. Eles estão só no aguardo. São 200 indígenas. Chegarão para reforçar nosso movimento. Importante dizer que não estamos cobrando somente itens dessa pauta da saúde. Também queremos água encanada. Há locais que estão sem água. Isso é inadmissível", observou Francisco Timbira. Outra exigência tem relação com as refeições quando fazem exames na parte urbana, pois a alimentação não está sendo servida aos indígenas quando precisam sair de suas aldeias.

Outros protestos

Não foi a primeira vez que índios de Itaipava de Grajaú se manifestam pedindo melhorias nas comunidades. Em setembro de 2015, eles reivindicaram avanços na infraestrutura da única escola existente na região, que reúne cerca de 350 indígenas, entre crianças e jovens. O grupo pedia material de estudo e assentos para os estudantes, pois os alunos estavam assistindo às aulas sentados no chão.

O Estado manteve contato com a Secretaria de Estado da Saúde, mas, até o fechamento desta edição, não houve resposta. ●

Mais sobre indígenas em Geral 11



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
O IMPARCIAL				
EDITORIA				
Opinião				
DATA	11 / 12 / 2019	PÁG.	3	

NA ASSEMBLEIA

Yglésio denuncia violência contra índios

Yglésio disse que violência contra povos indígenas é estimulada pelo discurso de ódio propagado pelo presidente da república, Jair Bolsonaro

O assassinato de mais dois indígenas, ocorridos no município maranhense de Jenipapo dos Vieiras, no sábado (7), levou para a tribuna da Assembleia Legislativa do Maranhão o deputado estadual Dr. Yglésio.

Os homicídios dos dois índios Guajajara, no final de semana, se somam aos assassinatos do 'Guardião da Floresta', Paulo Paulino Guajajara, e do caçador Márcio Gleick Moreira Pereira, ambos da mesma etnia, ocorridos num intervalo de pouco mais de um mês.

Para o deputado estadual Dr. Yglésio a invasão de terras indígenas e matança de índios é o reflexo da 'impunidade institucionalizada' pelo presidente da República, "Jair Bolsonaro, o nosso presidente, de maneira constante vocifera preconceitos contra os povos indígenas. Então, a partir do momento que você passa a contar com a impunidade institucionalizada do gestor máximo do país, não se pode esperar outra coisa. Mais índios foram assassinados no Maranhão, neste período", disse o parlamentar, em seu discurso na tribuna.

Dr. Yglésio denunciou ainda que tem propagado em grupos de WhatsApp o discurso de ódio contra os índios. Ele lembrou que o direito à terra foi conquistado pelos povos indígenas durante muitos anos de luta.

"Não é possível que o homem branco deslegitime o direito à terra que os índios conquistaram ao longo de muitos anos, conduzidas pela Funai que, agora, se transforma numa instituição que tende a retroceder



YGLÉSIO DISSE QUE VIOLÊNCIA CONTRA INDÍGENAS É ESTIMULADA POR BOLSONARO

com esta condução do governo federal", destacou o parlamentar.

Inversão da lógica

A inversão da lógica da pauta indigenista foi destacada pelo parlamentar. "Bolsonaro quer produzir uma transformação dos povos indígenas. De vítimas do sistema, o presidente quer transformá-los em algozes. Reivindicar a terra é o único motivo para que esses índios sejam sentenciados à morte", frisou Yglésio.

O parlamentar fez ainda um paralelo da liderança e popularidade do presidente Jair Bolsonaro com os caciques indígenas e lembrou que uma pesquisa divulgada no final de semana apontou que 80% dos brasileiros não acreditam no que o presidente Jair Bolsonaro fala.

"Sabe por que um cacique tem a admiração do seu povo? Porque ele não costuma trair a sua gente. Eles sabem que nele podem confiar. E esse, infelizmente, não é o sentimento que a gente pode ter hoje com o presidente Jair Bolsonaro. Uma pesquisa divulgada no final de semana mostrou que 80% dos brasileiros não acreditam no que ele fala; 43% desses 80% não acreditam no que ele fala de forma alguma e 37% acreditam eventualmente no que diz o presidente da República", pontuou.

Ao lembrar do interesse que os maldesireiros e grileiros têm pelas terras indígenas no Maranhão, o deputado estadual Zé Inácio (PT) parabenizou, em aparte, o Dr. Yglésio por levantar a discussão no início desta semana.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Geral

DATA

11 / 12 / 2019

PÁG.

11

Número de mortes de lideranças indígenas é maior em 11 anos

De acordo com dados da Pastoral da Terra, das 27 pessoas que morreram por conflitos no campo neste ano, 7 eram líderes indígenas, contra 2 em 2018

BRASÍLIA

O número de lideranças indígenas mortas em conflitos no campo em 2019 foi o maior em pelo menos 11 anos, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Foram 7 mortes em 2019, contra 2 mortes em 2018. Os dados deste ano são preliminares: o balanço final só será feito em abril do próximo ano.

No último fim de semana, três ativistas indígenas foram mortos no país: no Maranhão, em Lenipapo dos Vieiras, dois indígenas Guajajara morreram e outros dois ficaram feridos durante um atentado no sábado; em Manaus, no Amazonas, o ativista da etnia Tiyuca Humberto Peixoto Lemos morreu no hospital após ser agredido a pauladas na segunda-feira.

O ministro da Justiça, Sergio Moro, autorizou na segunda-feira, 9, o envio da Força Nacional para a terra indígena do Maranhão onde duas lideranças foram mortas no fim de semana. A medida foi publicada no Diário Oficial da



Divulgação

Corpo do cacique Firmino Silvino Guajajara foi sepultado ontem, 10, no Maranhão onde foi morto

União nesta terça-feira (10). Ao menos 27 pessoas já morreram por esse motivo em 2019. Ainda que parcial, o número deste ano já é quase igual ao do ano passado, quando ocorreram 28 mortes. Em 2019, ainda segundo a Pastoral da Terra, o grupo que teve maior número de vítimas foi o de lideranças indígenas.

Número de mortes

Segundo Paulo César Moreira, da coordenação nacional da CPT, o aumento no número de mortes de lideranças indígenas é resultado de um discurso de "violência institucionalizada" nos conflitos do campo.

"Nós vivemos um momento em que o Estado é o agente pro-

motor das agressões. Com todo esse momento político que a gente vive, os responsáveis pelas violências decidiram que esses povos indígenas não têm direitos e que têm que ser eliminados. Com isso, a gente está vendo um massacre", diz Paulo Moreira, coordenador da Pastoral da Terra. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Vida					
DATA	11 / 12 / 2019	PÁG.	9		

REQUALIFICAÇÃO

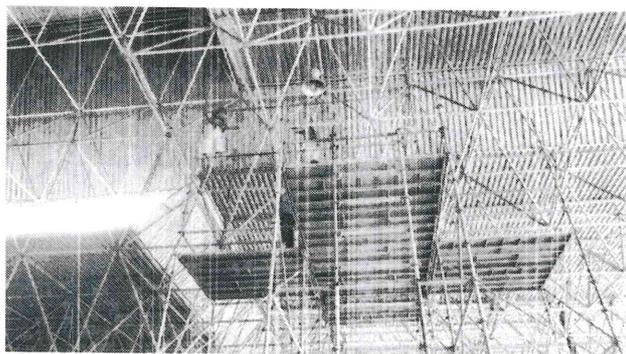
R\$ 4,5 milhões serão investidos na rodoviária

Obras iniciaram com a recuperação do telhado da área interditada pela Defesa Civil em abril deste ano por conta da estrutura metálica que corria o risco de desabamento

PATRICIA CUNHA

Inaugurado há 31 anos, durante o governo de Eptácio Cafeteira, o Terminal Rodoviário de São Luís está sendo administrado por uma nova empresa. A Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico Ltda (SINART), assinou contrato de concessão com a MOB em 12 de novembro e iniciou no mesmo mês a obra de recuperação do telhado da área interditada pela Defesa Civil, em abril deste ano após uma vistoria realizada pelo órgão. Durante a ação, os técnicos identificaram que a estrutura do teto, encontra-se, com o risco de desabar.

De acordo com a SINART, a intenção é transformar o Terminal Rodoviário de São Luís em um cartão de visitas. Segundo o contrato de concessão que durará 20 anos, a SINART terá que investir pelo menos R\$ 4,5 milhões de reais em melhorias e na revitalização do Terminal. "Será requalificado e modernizado todo o equipamento público com um investimento de 4,5 milhões na requalificação e modernização desse terminal, com a experiência da marca e uma gestão de excelência", afirmou José Neto, representante da empresa. "Vamos entregar para a sociedade maranhense um espaço moderno, qualificado e seguro que vai beneficiar tanto os permissionários que trabalham na Rodoviária quanto o cidadão que a utiliza", pontuou o presidente da MOB, Lawrence



TERMINAL RODOVIÁRIO ESTÁ SENDO ADMINISTRADO POR UMA NOVA EMPRESA

Melo.

O acordo entre as empresas RMC e SINART (que disputavam judicialmente a administração do Terminal Rodoviário de São Luís) para reforma da cobertura da Rodoviária foi firmado por meio de audiência de conciliação realizada no início de novembro, na Vara de Interesses Difusos e Coletivos. Para realizar a obra emergencial a SINART contratou as empresas Certa Projetos e Dalep Engenharia. A empresa tem a gestão e operação de 37 terminais rodoviários, e atua em 12 estados Brasileiros, onde administra as rodoviárias das seguintes capitais: Teresina (PI), Macapá (AM), Cuiabá (MT), Salvador (BA), Belém (PA) e Maceió (AL).

Ordem de serviço – A ordem de

serviço para o início do trabalho foi expedida pela Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos (MOB) dia 20 de novembro e nessa primeira etapa serão restaurados 2.000 metros quadrados da cobertura que compreende a área interditada pela Defesa Civil, com previsão de conclusão do serviço em 60 dias.

Serão trocadas as chapas do banzo inferior e superior do teto, troca dos parafusos, substituição de telhas e calhas danificadas, além da limpeza de toda a estrutura. O projeto de execução de reparo da cobertura da Rodoviária foi desenvolvido pela Secretaria de Infraestrutura do Estado do Maranhão (SINFRA) e está orçado em cerca de 400 mil reais, referente apenas à área interditada.



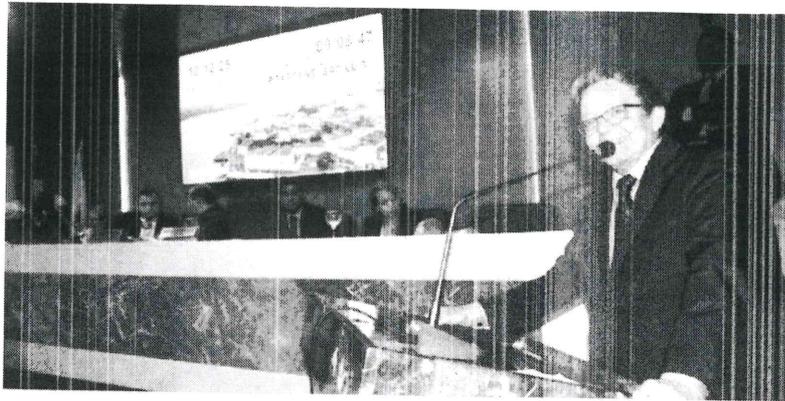
MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
O IMPARCIAL				
EDITORIA				
Opinião				
DATA	11 / 12 / 2019	PÁG.	3	

PROPOSTA DA CÂMARA

Lei para combater a depressão e prevenir o suicídio



“É IMPORTANTE RECONHECER OS SINAIS QUE ANTECEDEM OS SUICÍDIOS”, DISSE DR. GUTEMBERG.

Tramitam na Câmara Municipal de São Luís dois Projetos de Lei de autoria do vereador Dr. Gutemberg que criam: a ‘Política Municipal de Prevenção da Automutilação e do Suicídio’ e a ‘Semana Municipal de Prevenção e Combate ao Suicídio’. Durante sessão nesta terça-feira (10), o vereador defendeu os projetos que seguem para segunda votação e, posteriormente, sanção do prefeito Edivaldo Holanda.

O Brasil é o oitavo país em número de suicídios. E, segundo o Centro de Valorização da Vida (CVV), a região metropolitana de São Luís registrou 123 casos de suicídio, somente no mês de maio deste ano, o equivalente a mais de 4(quatro) por dia. Em discurso na tribuna, Dr. Gutemberg apresentou dados sobre o aumento de suicídio no país e fez um alerta às famílias para que fiquem atentas ao comportamento dos jovens.

“No Brasil, a automutilação aumentou em 93% de 2013 a 2018, principalmente, entre os adolescentes. São jovens que se cortam, se machucam. Tudo isso levado por problemas existenciais.

A depressão foi apontada como a segunda principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos. Os nossos projetos de Lei englobam o tratamento para as pessoas em sofrimento e também questões educacionais para as famílias. É importante reconhecer os sinais que antecedem os suicídios”, disse Dr. Gutemberg.

Entre as diretrizes da Política Municipal de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, estão: prevenir a violência autoprovocada; abordagem adequada aos familiares e as pessoas próximas das vítimas de suicídio com a assistência psicossocial; a promoção de palestras e seminários para orientar e alertar à população sobre como

diagnosticar possíveis suicídios; direcionamento de atividades e apoio para o público alvo do programa, entre outras ações.

Todas essas diretrizes serão intensificadas durante a ‘Semana Municipal de Prevenção e Combate ao Suicídio’, que vai entrar para o calendário oficial de eventos de São Luís. A realização será anual, no mês de setembro, mês que marca a campanha ‘Setembro Amarelo’ – prevenção ao suicídio.

Na oportunidade, Dr. Gutemberg parabenizou o governador Flávio Dino que encaminhou projeto de Lei semelhante à Assembleia Legislativa. O vereador ainda destacou que “o Município tem papel relevante para o tratamento desse transtorno, acompanhando e oferecendo possibilidades de recuperação aos que necessitem. No momento em que São Luís coloca em funcionamento essas duas leis, vai amparar muitas famílias”, afirma.



**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO**
Procuradoria Geral de Justiça

**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Polícia					
DATA	11 / 12 / 2019	PÁG.	12		

Ciúmes levam vigilante a matar sócio de sua namorada e depois tirar a própria vida

No passado, a vítima teve um relacionamento amoroso com a atual companheira do autor do crime. Jailson Costa também cobrava uma dívida de R\$ 5 mil de Edcarlos Costa

LUCIENE VIEIRA

De uma leve ansiedade à raiva intensa, que pode colocar o relacionamento e, inclusive, o parceiro em risco. Os ciúmes se manifestam de formas variadas e, nessa terça-feira (10), teve um desfecho trágico. O vigilante Jailson Costa da Silva, de 29 anos, matou o sócio de sua namorada, Edcarlos Costa de Sousa — conhecido como “Mundico” — por volta das 8h20 de ontem, na Rua Carlos Macieira, no bairro do Coroadó. A razão teria sido suspeita de traição e uma dívida de R\$ 5 mil que Edcarlos tinha com a namorada do autor do crime.

Jailson morava com a sua namorada na área do Barés, região do bairro do João Paulo. Ontem, após atirar contra Edcarlos Costa de Sousa, a pé, o vigilante foi ao Barés supostamente para matar sua namorada, mas encontrou o portão da residência trancado. Em seguida, também a pé, foi até a Praça São Marçal, no João Paulo, e no pátio de um boxe atirou no seu próprio ouvido esquerdo, morrendo no local. Na Praça São Marçal, esteve apurando o caso o delegado do 2º Distrito Policial, Marcos Amorim. Na Rua Carlos Macieira, as informações foram levantadas pelo delegado da Superintendência de Homicídios de Proteção a Pessoa (SHPP), Felipe César. O delegado Marcos Amorim disse que um familiar da namorada de Jailson contou a ele que a mulher, no passado, teve um relacionamento amoroso com



Edcarlos Sousa foi morto com cerca de quatro tiros no Coroadó



Após matar sócio de sua namorada, Jailson Sousa atirou contra a própria cabeça

FRANCISCO SILVA E DIVULGAÇÃO

Edcarlos. O delegado Felipe César informou que os dois, atualmente, eram apenas sócios de um depósito de material de construção civil.

“Jailson namorava a sócia da vítima há aproximadamente cinco meses. Segundo a namorada do vigilante, ele tinha muito ciúme dela com Edcarlos. Outra informação é de que a mulher teria emprestado R\$ 5 mil para seu sócio, Jailson sabia deste empréstimo e era o vigilante quem cobrava o pagamento da dívida”, informou o delegado Felipe César. Edcarlos Costa de Sousa foi morto dentro de uma casa vizinha ao seu depósito. Ele recebeu quatro tiros no rosto.

Quando as polícias Militar e Civil chegaram ao local do assassinato, o corpo de Edcarlos já tinha sido arrastado por populares para a calçada da residência. Segundo vizinhos, o sócio-proprietário do depósito de material de construção civil, a vítima era evangélica e tinha três filhos.

De acordo com o delegado Marcos Amorim, Jailson Costa da Silva utilizou uma pistola, ponto 40 para matar Edcarlos e depois se suicidar. “A primeira consulta que fizemos do registro da arma, mostra uma pistola roubada. Agora, precisa ser investigado quem a roubou e como ela foi parar na posse de Jailson”, informou Amorim.

O delegado Felipe César informou que ontem mesmo, por volta das 15h, a namorada de Jailson seria ouvida na sede da SHPP, localizada na Avenida Beira-Mar.

Polícia Federal combate saques de créditos de precatórios judiciais

No Maranhão, a operação aconteceu nas cidades de São Luís e Imperatriz

Na manhã de ontem (10), a Polícia Federal deflagrou a Operação Policial “Stielho”, para combater crimes de estelionato e associação criminosa praticados mediante a utilização de documentos falsos para efetuar o saque de créditos de precatórios judiciais. O precatório judicial é um documento emitido pela Justiça para que o Poder Público efetue o pagamento de uma condenação judicial. Foram cumpridos sete mandados judiciais de prisão temporária, 14 mandados judiciais de busca e apreensão, sete mandados judiciais de bloqueio de bens móveis e imóveis dos investigados, além de interrogatórios; todos expedidos pela 2ª Vara da Subseção Judiciária da

Justiça Federal em Montes Claros/ MG. As ordens foram executadas nos estados de Minas Gerais (Araçuaia, Belo Horizonte, Chapada Gaúcha, Luislândia, Montes Claros, Pedro Leopoldo e São Francisco), São Paulo (Ribeirão Preto), Rio de Janeiro (Cabo Frio), Maranhão (São Luís e Imperatriz), Pará (Marabá e Dom Elzeu) e no Distrito Federal (Brasília). Cerca de 100 Policiais e Servidores Federais atuaram na deflagração. Em setembro de 2018 e em fevereiro de 2019, a PF efetuou a prisão em flagrante de dois advogados que tentavam sacar créditos de precatórios com utilização de documentos falsos, após receber denúncia de gerentes bancários

que suspeitaram da documentação apresentada para a recebimento de precatórios judiciais. A partir das prisões, iniciou-se uma investigação que revelou pelo menos outros 11 precatórios judiciais sacados com utilização de documentos falsos, mediante a atuação de um grupo criminoso formado por advogados, funcionários de cartórios, bancários e despachantes. Com a ajuda dos bancários investigados, o grupo levantava informações de pessoas que tinham créditos de precatórios judiciais disponibilizados pela Justiça; documentos de identidade eram falsificados e, com a cumplicidade de funcionários de cartórios, eram elaboradas procurações

públicas ideologicamente falsas, que possibilitavam os saques dos precatórios pelos advogados que participavam do esquema. A fraude lesava instituições financeiras, os verdadeiros titulares do crédito e seus advogados devidamente constituídos para atuar nos processos judiciais originários dos créditos legalmente sacados. Os saques já apurados totalizam cerca de um milhão e trezentos mil reais. O grupo criminoso já havia prosseguido vários outros precatórios judiciais com a finalidade de aplicar o mesmo golpe, com prejuízo estimado de mais de 70 milhões de reais. As investigações prosseguirão para identificar possíveis envolvidos e apurar o valor total sacado pelos criminosos. Se condenados, os envolvidos poderão ser condenados a mais de 15 anos de reclusão. Os presos serão encaminhados para o presídio de Montes Claros, onde permanecerão à disposição da Justiça. (Com informações da Ascom/Polícia Federal)

PC prende membros de facção e sequestra mais de meio milhão em bens

**AIDÉ ROCHA
ESPECIAL PARA O JP**

Uma operação da Polícia Civil, nessa terça-feira (10), cumpriu mandados de prisão preventiva e busca e apreensão contra integrantes de uma facção criminosa que, segundo apontam as investigações, eram responsáveis pela movimentação financeira do grupo no estado. Intitulada “Tiro Certo”, a operação,

que já está em sua terceira fase, tem como objetivo desmontar justamente a organização financeira e patrimonial desse grupo criminoso que atua no Maranhão e no Piauí. A primeira fase foi deflagrada em abril e a segunda em outubro desTe ano. Nessa etapa, Adailton Pereira dos Santos Júnior, conhecido como “Vinho Paulista”, e sua companheira, Vanda Barbosa de Oliveira, foram presos em cumprimento aos mandados expedidos. Adailton, vale ressaltar,

já estava no sistema penitenciário de Pedrinhas, onde responde pelo crime de homicídio. O delegado Gil Gonçalves, chefe do Departamento de Combate ao Crime Organizado, explicou que ambos são investigados por participação nos crimes de tráfico de drogas, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Além das prisões, nove mandados de busca e apreensão em imóveis do casal e de pessoas ligadas a

eles também foram cumpridos. A ação da polícia ocorreu nos bairros da Vila Luizão, Divinéia, Vila Operária, Angelim, Paço do Lumiar e Cohatrac. Ainda conforme o delegado, nos locais foram encontrados documentos, entre eles anotações sobre a movimentação do dinheiro do grupo e recibos de veículos, e R\$ 2.700,00 em espécie. “O casal ostentava um patrimônio incompatível com a realidade financeira. No decorrer das investigações, foi possível verificar que eles já tinham movimentado apenas esse ano, a quantia aproximada de quase R\$ 1 milhão”, explicou Gil Gonçalves.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O IMPARCIAL			
EDITORIA			
Vida			
DATA	11 / 12 / 2019	PÁG.	10

SEGURANÇA

PF investiga morte de índios no Maranhão



ÍNDIOS INTERDITARAM A BR-226 POR CONTA DAS MORTES

A Polícia Civil do Maranhão repassou para a Polícia Federal o material levantado no local do atentado a índios da etnia Guajajara. No ataque, dois caciques morreram e outros dois índios ficaram feridos. Segundo o superintendente de Polícia Civil do Interior (SPCI), Guilherme Campelo, uma equipe da PF já está em Barra do Corda trabalhando no caso. "Realizamos os primeiros levantamentos e requisição de perícia, bem como apreensão de uma motocicleta, que estava em um dos locais de crime com um projétil alojado nela e foi recolhida para perícia. Produzimos um relatório e repassamos à PF, que já chegou em Barra do Corda com uma equipe", disse Guilherme Campelo.

Por meio de nota, a Polícia Federal confirmou que uma equipe foi deslocada para o local ainda no sábado e que "um inquérito policial foi instaurado para apurar os crimes e suas circunstâncias". Antes de a Polícia Federal chegar ao local, as polícias Civil e Militar fizeram buscas pela área e regiões próximas, mas ninguém foi preso.

A ação criminosa terminou com a morte dos caciques Firmino Silvino Guajajara e Raimundo Bernice Guajajara. Outros dois índios ficaram feridos, entre eles Nelsi Guajajara.

Segundo Guaraci Mendes, coordenador da Fundação Nacional do Índio em Imperatriz (Funai), o crime pode ter relação com os constantes assaltos registrados no trecho da BR-226. "Pessoas mal intencionadas se aproveitam da má preservação da BR dentro do território (indígena) para cometer ilícitos. Aproveitam também a falta de policiamento. Então isso (assaltos) acaba se associando à imagem dos indígenas, e por conta disso eles (índios) vinham recebendo ameaças", disse Guaraci Mendes.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	11 / 12 / 2019	PÁG.	10

Polícia Civil investiga morte de comerciante como crime passionnal

Autor dos disparos que mataram Edcarlos Costa de Sousa, na porta de sua loja de material de construção, Jailson Costa da Silva, recorreu ao suicídio

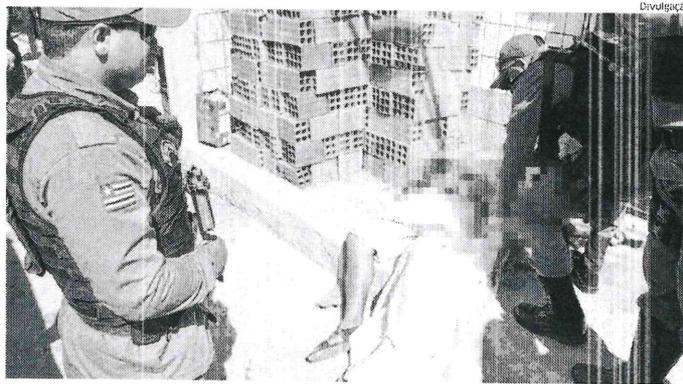
NELSON MELO
Da Equipe de O Estado

Na manhã desta terça-feira, 10, ocorreu um homicídio na rua Doutor Carlos Macieira, no bairro Coroado, em São Luís. O comerciante Edcarlos Costa de Sousa, de 43 anos, foi morto na porta de sua loja de material de construção, onde também era sua residência. O suspeito do crime foi identificado como o vigilante Jailson Costa da Silva, 29, que recorreu ao suicídio pouco depois em uma praça, no João Paulo. A Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP) está investigando o caso como crime passionnal.

"Murdo", como o comerciante era conhecido na comunidade, estava na calçada de sua residência, quando o autor se aproximou e desferiu os disparos, que atingiram o rosto da vítima, segundo informações apuradas pelo 9º Batalhão de Polícia Militar (BPM) no local. No chão, os peritos criminais recolheram cápsulas de uma pistola que seria ponto 40. O calibre, porém, só será confirmado após análise forense no Instituto de Criminalística (Icirim).

Suicídio na praça

Após o assassinato, de acordo com o delegado Marcos Amorim, do 2º Distrito Policial (DP), o vigilante seguiu até a casa dele, no Barés, área



Policiais militares examinam o corpo do comerciante Edcarlos Costa de Sousa, no local do homicídio

do João Paulo, com o intuito de matar sua esposa, que antes desse relacionamento, teria se envolvido amorosamente com Edcarlos Costa. Como o portão do imóvel estava trancado, Jailson se deslocou até a Praça São Marçal, na mesma região, onde cometeu o suicídio na frente de pessoas que aguardavam o coletivo e outras que passavam pelo logradouro.

O disparo atingiu o ouvido de Jailson, conforme o delegado. Há uma informação, que ainda será apurada, de que a pistola ponto 40 havia sido roubada.

Outra morte

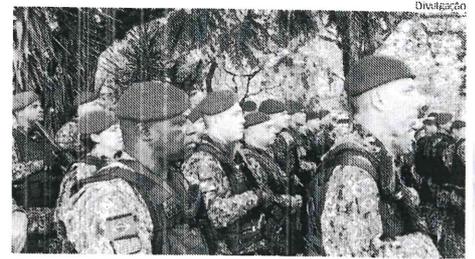
Na mesma rua onde o dono da loja

de material de construção foi assassinado, ocorreu um homicídio em 18 de setembro de 2015. O crime teve como vítima Raimundo Azevedo da Silva Filho, de 47 anos, conhecido como "Irmão" ou "Seu Azevedo", que foi executado com disparos de pistola. Ele caiu morto na porta da Galeria Popular do Irmão, da qual era proprietário, sendo que os suspeitos, de acordo com a polícia, estavam em uma moto XRE 300, cinza.

Segundo informou na época o delegado Leonardo Carvalho, da então Delegacia de Homicídios da Capital (DHC), Raimundo Azevedo estava na calçada da galeria, ao lado do seu sócio, José Raimundo

Borges de Jesus, de 70 anos, por volta das 13h30, quando dois homens na motocicleta se aproximaram e solicitaram que o outro se retirasse. Ato contínuo os criminosos atiraram em "Irmão". Este ainda caminhou, mesmo ensanguentado, até o outro lado da rua, porém, não resistiu, e caiu depois de se ajoelhar.

Uma equipe do 9º Batalhão compareceu ao local, assim como o Serviço de Inteligência da PM daquele batalhão. Foram recolhidas cerca de 10 cápsulas de pistola 9 mm no chão, próximo ao corpo. A vítima, além da galeria, também era dona de um conjunto de quitinetes localizada na mesma rua, na descida da feira do João Paulo. ●



Soldados da Força Nacional ocuparão área indígena por 90 dias

Força Nacional deve ocupar hoje área indígena em conflito

Comboio que saiu de Brasília na segunda, é aguardado nesta quarta-feira, na aldeia Cana Brava

O comboio da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) estará na Terra Indígena Cana Brava, na região de Jenipapo dos Vieiras e cidades adjacentes, nesta quarta-feira, 11. De acordo com informações da Polícia Civil do Maranhão, a previsão de chegada dos agentes é por volta do meio-dia, mas podem ocorrer atrasos, uma vez que o efetivo está seguindo por terra. Esse reforço atuará na área de conflitos onde dois caciques foram mortos em um atentado que aconteceu no último fim de semana.

Segundo a Polícia Civil do Maranhão, a equipe da Força Nacional saiu de Brasília, (DF), na tarde de segunda-feira, 9, por volta das 14h. Os agentes montarão uma base fixa na Terra Indígena Cana Brava. O número de servidores envolvidos na missão ainda não foi divulgado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), que autorizou a permanência da FNSP no estado até o dia 8 de março de 2020.

A missão

O grupo da Força Nacional vai atuar na região de Jenipapo dos Vieiras, onde dois caciques foram mortos em um ataque ocorrido no início

da tarde de sábado, 7. O ministro Sérgio Moro, do MJSP, autorizou, por meio de portaria, o deslocamento do efetivo para reforçar o patrulhamento no local durante 90 dias. O objetivo é evitar nova ação criminosa no território indígena, entre as aldeias Boa Vista e El Betel, às margens da BR-226, e também apoiar a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Polícia Federal (PF).

Envio de relatório

Após morte dos indígenas Firmino Silvano Guajajara e Raimundo Bernice Guajajara no atentado que ocorreu na BR-226, a Polícia Civil do Maranhão repassou um relatório sobre o caso à Polícia Federal, que assumiu as investigações. ●

Integra em oestadoma.com/477207/

NA WEB

Grupo preso pela PF deu prejuízo de R\$ 70 mi

oestadoma.com/477209